



ISSN 1414-7866 (versão impressa)  
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

**Paraná Eleitoral**  
revista brasileira de direito  
eleitoral e ciência política

# O processo de decisão de voto: uma revisão bibliográfica dos modelos teóricos da decisão de voto dos eleitores

**Ariosto Sparemberger e Cristian Sparemberger**

## Resumo

Durante o processo eleitoral, nas democracias representativas, uma pergunta substancial se apresenta no contexto político: como os eleitores decidem seu voto? Afim de responder tal pergunta, o presente artigo realiza uma revisão bibliográfica das principais teorias e modelos utilizados na ciência política para diagnosticar as preferências políticas dos eleitores. A primeira teoria debatida é a da escolha racional, que, por meio de preceitos econômicos, identifica o comportamento eleitoral de maneira análoga ao de consumidores em um mercado. Desse modo os cidadãos decidiram o seu voto com intenção de obter maximização de resultados, utilizando a racionalidade (maximização dos resultados de uma ação). A segunda teoria abordada neste estudo é a do modelo psicossocial, que, por meio de preceitos da psicologia, compreende as preferências eleitorais avaliando questões como a formação social, a personalidade dos indivíduos e as motivações psicológicas para compreender a construção das preferências eleitorais dos cidadãos. Por fim, este artigo apresenta o modelo sociológico, que utiliza conceitos como o de classes sociais para entender o processo de decisão do voto, sendo que, nesse modelo, as preferências políticas dos eleitores são mais do que atos individuais, mas sim processos de coesão grupal. De forma resumida, por meio da breve exposição dos modelos, verificamos uma complementariedade entre os três, de modo que um pesquisador pode aplicar mais de um único modelo para compreender como os eleitores decidem e moldam suas preferências políticas em uma determinada eleição.

**Palavras-chave:** ciência política; comportamento eleitoral; escolha racional; modelo psicossocial; modelo sociológico.

---

## Sobre os autores

Ariosto Sparemberger é professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e adscrito ao DACEC. E-mail: ariosto@unijui.edu.br

Cristian Sparemberger é mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Relações Internacionais pela UFSC. E-mail: sparemberger@hotmail.com

## Abstract

During the electoral process in representative democracies, a substantial question emerges in the political context: how do citizens decide their vote? To answer this question, this article conducts a bibliographical review of the main theories and models used in political science to understand voters' political preferences. The first theory revised is the rational choice theory, which uses economic precepts to identify electoral behavior in a manner analogous to consumers in a market. In this model, the citizens' way of deciding their vote is based on the intention of maximizing results, using rationality (maximizing results of an action). The second theory is the psychosocial model, which uses precepts imported from psychology to understand electoral preferences, incorporating issues such as social formation, the personality of individuals, and psychological motivations to understand citizens' electoral preferences. Finally, this article reviews the sociological model, which uses concepts such as social classes to understand the voting process, i.e., in this model the political preferences of voters are not individual acts but a group cohesion processes. In short, this article verified a complementarity between the three models, concluding that a researcher can use more than one model to understand how voters decide their political preferences in an election.

**Keywords:** electoral behavior; political science; psychosocial model; rational choice theory; sociological model.

Artigo recebido em 18 de novembro e aprovado pelo Conselho Editorial em 26 de novembro de 2018.

## Introdução

O processo eleitoral é um dos elementos que movem a democracia representativa. Este processo, denominado por muitos em âmbito popular como “festa da democracia”, envolve uma série de disputas entre partidos políticos, representados por candidatos no contexto eleitoral. Nesse contexto uma pergunta substancial permeia o pensamento político: **como os eleitores decidem o seu voto?** Tal pergunta fomentou, na ciência política, uma série de teorias e modelos explicativos para compreender como os eleitores escolhem seus candidatos e moldam suas preferências ideológicas, sendo que tais modelos objetivavam diagnosticar como o fenômeno eleitoral de decisão de voto ocorre nos Estados democráticos. Perante tal dilema, diversos teóricos e estudiosos positivaram uma vasta literatura acadêmica objetivando compreender o processo de escolha do voto.

Os estudos teóricos que objetivaram efetivar um diagnóstico científico do comportamento eleitoral e da decisão do voto podem ser divididos em três grandes escolas: (1) a da escolha racional, que, importando conceitos da microeconomia, desenvolveu um modelo teórico sistemático que explica a escolha do voto por meio da racionalidade dos agentes; (2) o modelo psicossocial, desenvolvido pela Escola de Michigan, que, para auferir um modelo comportamental dos eleitores, buscou na psicologia ferramentas teóricas para entender a formação dos sujeitos e como estes se comportam no processo eleitoral; e (3) o modelo sociológico, que, por meio da sociologia e dos fatores sociais, desenvolveu um modelo explicativo sobre as tendências eleitorais.

Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica das matrizes teóricas que compreendem o comportamento eleitoral na ciência política. Para tanto, o trabalho encontra-se dividido em três principais tópicos. No primeiro, pretende-se explicar o modelo da escolha racional, que teve suas origens no início da Guerra Fria, por meio dos estudos de Downs (1957). O segundo tópico dedica-se em explicar o modelo psicossocial, desenvolvido pela escola de Michigan, que teve suas origens a partir de uma série de estudos sobre as eleições dos Estados Unidos nas décadas de 1940 e 1950. Por fim, a última parte em questão buscará explicar o modelo sociológico da Escola de Columbia, que fundamentou seu modelo a partir do conceito de grupos sociais.

## **A teoria da escolha racional**

As abordagens que tangem o comportamento dos eleitores inspiradas pela teoria da escolha racional<sup>1</sup> (rational choice theory) possuem como ponto fundador o célebre escrito de Anthony Downs, *An economic theory of democracy*, publicado em 1957. Este modelo pauta-se na ideia da “decisão do voto como produto de uma ação racional individual orientada por cálculos de interesse, que levam o eleitor a se comportar em relação ao voto como um consumidor

---

1. As teorias da escolha racional se desenvolveram como parte da revolução na ciência política norte-americana das décadas de 1950 e 1960, quando se procurou investigar o comportamento dos indivíduos a partir de métodos empíricos.

no mercado” (Borba, 2005, 156). Perante isso, a teoria da escolha racional se desenvolve a partir das raízes das teorias econômicas sobre as explicações funcionais do mercado. De forma genérica, a presunção da teoria da escolha racional se fundamenta no pressuposto de que, se as hipóteses da escolha racional se adjetivam por explicar o comportamento dos consumidores no mercado, então estas também podem explicar o comportamento político, logo

Estabelece-se uma analogia direta entre consumidores e votantes e entre empresas e partidos políticos. Se as empresas procuram maximizar os ganhos e os consumidores agem no sentido de maximizar a utilidade podemos, então, teorizar no sentido de que os eleitores procuram maximizar a utilidade do seu voto enquanto os partidos agem no sentido de maximizar os ganhos eleitorais obtidos com as suas propostas políticas. (Antunes, 2008, 33)

A tese principal de Downs (1957) é que os partidos políticos assumem um comportamento análogo a dos empreendedores em uma economia lucrativa, de modo que estes partidos, para atingir seus fins privados, formulam programas e propostas políticas com o objetivo de auferir o maior número de votos, da mesma forma que os empresários produzem os produtos que eles acreditam que fornecerão os melhores lucros. Afim de examinar as implicações desta teoria, o autor assume a hipótese de que os eleitores e os partidos políticos se comportam racionalmente<sup>2</sup> na política.

A esfera da política é visualizada como um “mercado político”, onde os políticos tentam “vender seus produtos”, e os cidadãos assumem o papel de “consumidores”, que vão escolher aqueles “produtos” que melhor diminuam seus custos e maximizem ou otimizem seus ganhos. (Borba, 2005, 156)

- 
2. Para que um processo de decisão ou de escolha seja aceito como racional, esse processo deve ser estabelecido com base em certas etapas que constituem a diretriz para concluir tais ações como racionais. Green (2002) delimitou certas etapas que ele acredita que a análise da escolha racional deve seguir. Elas podem ser resumidas da seguinte maneira: (1) definição do problema; (2) identificação dos critérios de decisão; (3) pesamento dos critérios; (4) geração de alternativas válidas; (5) avaliação de cada alternativa em cada critério; e (6) cálculo da decisão ótima.

O funcionamento do modelo se alicerça em três grandes premissas fundamentais: (1) todas as decisões – tanto dos eleitores quanto dos partidos políticos – são racionais e orientadas pelos interesses dos atores, sendo executadas em conformidade com o princípio da maximização da utilidade da ação; (2) o sistema político democrático apresenta-se com um nível implícito de consistência institucional no qual as previsões sobre as consequências das ações dos agentes políticos podem ser confiáveis, permitindo aos agentes realizarem antevisões sobre o resultado de suas ações; (3) a democracia – mesmo com a previsibilidade citada na segunda premissa – pressupõe um determinado grau de incerteza nas ações políticas, fato que permite aos eleitores e partidos diferenciar tanto seu voto quanto seu programa político, por não terem total informação das consequências de suas ações.

O primeiro conceito essencial para o entendimento da teoria da escolha racional é o conceito de racionalidade, importado por Downs (1957) das teorias econômicas. Esta racionalidade permite aos partidos e aos eleitores alcançarem a maximização da utilidade de suas ações, esforços e escolhas políticas.

Nessa análise, o termo *racional* nunca é aplicado aos fins de um agente, mas somente a seus meios. Isso resulta da definição de racional como eficiente, isto é, maximizar o produto no caso de um dado insumo, ou minimizar o insumo no caso de um dado produto. Desse modo, todas as que os economistas se referem a um “homem racional”, eles não estão designando um cujos processos de pensamento consistem exclusivamente de proposições lógicas, ou um homem sem preconceitos, ou um homem cujas emoções são inoperantes. No uso normal, todos esses poderiam ser considerados homens racionais. Mas a definição econômica se refere unicamente ao que se move em direção a suas metas de um modo que, ao que lhe é dado saber, usa o mínimo insumo possível de recursos escassos por unidade de produto valorizado. (Downs, 1998, 27)

Seguindo a lógica do pressuposto da racionalidade, no jogo democrático as eleições possuem como finalidade a escolha dos representantes que desempenharão as funções públicas. Logo, a premissa que embasa o pensamento de Downs é que políticos e eleitores agem racionalmente com vistas a interesses. As motivações dos políticos seriam desejos pessoais, tais como renda, prestígio e

poder derivados dos cargos que ocupam, e “como estes atributos não podem ser obtidos sem que eles sejam eleitos, as ações dos políticos têm por objetivo a maximização do apoio político e suas políticas são orientadas meramente para este fim” (Baert, 1997, 5).

Os eleitores, por sua vez, estabelecem preferências racionais entre partidos competidores embasados em uma comparação entre a renda de utilidade das políticas aplicadas pelo partido que se encontra no poder em relação à renda de utilidade caso os partidos de oposição ocupassem o governo. Ademais, o próprio sistema eleitoral e de governo pauta-se também na racionalidade dos eleitores. Assim, em um sistema bipartidário os eleitores optam pelo partido que preferem e em um sistema multipartidário os votantes selecionam um partido levando em consideração a preferência dos demais eleitores<sup>3</sup>, “por exemplo, se o partido que ele ou ela preferem não tem chances de vencer, então ele ou ela votam em outro partido que pode ter a possibilidade de manter o partido que ele ou ela têm mais aversão fora do poder” (Baert, 1997, 6).

Um eleitor racional primeiro decide qual partido ele crê que lhe trará maior benefício; daí ele tenta estimar se esse partido tem qualquer chance de ganhar. Ele faz isso porque seu voto deveria ser ampliado como parte um processo de seleção, não como uma expressão de preferência. Daí, mesmo que prefira o partido A, ele estará “desperdiçando” seu voto em A se esse não tiver nenhuma chance de vencer porque muitos poucos outros eleitores o preferem a B ou C. A escolha relevante, nesse caso, é entre B e C. Como o voto em A não é útil no processo real de seleção, votar nele é irracional. (Downs, 1998, 69)

Segundo o modelo da escolha racional tanto os partidos políticos quanto os eleitores tendem a adotar um comportamento embasado no axioma de racionalidade, ou seja, tanto a ação dos partidos políticos quanto a dos eleitores é orientada pelo princípio da maximização da utilidade.

---

3. Caso o eleito não possua informação suficiente para saber quais partidos possuem chances de vencer, ele vota no seu partido de preferência. Também destacamos o eleitor que se orienta para o futuro: mesmo sabendo que seu partido de preferência não tem chances de vencer, pode votar nele pensando no crescimento do partido ou do candidato para um momento futuro.

O modelo de Downs, portanto, afirma que os comportamentos dos governantes e o dos governados são interdependentes, e a racionalidade é garantida pela premissa de que ambos seguem o axioma do auto interesse, e que, além disso, ambos orientam suas ações com base nos padrões de comportamento que uns veem nos outros. (Meireles, 2012, 56)

A teoria da escolha racional pressupõe que é possível fazer previsões sobre o comportamento dos outros sujeitos, dos partidos políticos e do governo, e depois compará-las. Dessa forma, é necessário sabermos como os indivíduos realizam o cálculo em relação a essas alternativas para, assim, realizar o cálculo. Na realização deste cálculo, pautado na racionalidade, os eleitores utilizam os indicadores disponíveis sobre o que os partidos realizam e realizaram no governo ou, em alternativa, da conjectura sobre aquilo que poderiam ter feito os partidos opositores se ocupassem o governo. Contudo, tal cálculo só pode ser realizado caso os partidos sejam responsáveis e confiáveis em suas políticas e promessas. Ou seja, para o modelo da escolha racional funcionar, os partidos devem oferecer consistência em seu comportamento. “Se não se verificar a condição de consistência em relação aos partidos políticos e ao governo, tal situação leva à impossibilidade de escolha racional e, em consequência, ao colapso do sistema democrático” (Antunes, 2008, 36).

O terceiro e último pilar basilar da teoria da escolha racional pressupõe um determinado grau de incerteza<sup>4</sup> sobre as preferências políticas dos eleitores, fator que faz os partidos políticos diferenciarem suas propostas e seus programas de governo por não terem certeza das preferências políticas dos eleitores. Este pilar se fundamenta na perspectiva de que os partidos políticos não possuem total conhecimento da preferência dos eleitores, o que faz que estes diferenciem suas agendas políticas, assim:

Os partidos políticos defendem e apresentam ao eleitorado propostas suficientemente diferenciadas para mobilizar os eleitores à participação eleitoral. De acordo com Downs (1957) a heterogeneidade das

---

4. Downs (1998, 97) define a incerteza como: “qualquer falta de conhecimento seguro sobre o curso de acontecimentos passados, presentes, futuros ou hipotéticos. Em termos de qualquer decisão específica, ela pode variar quanto à possibilidade de eliminação, à intensidade e à relevância”.

sociedades e os conflitos sociais que lhe estão inerentes introduzem níveis de incerteza que levam simultaneamente ao aparecimento das ideologias e à ambiguidade relativamente aos grupos sociais que poderão ser mais úteis para a vitória eleitoral e, por consequência, à diferenciação das propostas políticas dos partidos. (Antunes, 2008, 36)

Ademais, os eleitores também desfrutam de uma determinada incerteza ao formularem suas preferências políticas, pois “nem sempre estão cientes do que o governo está ou poderia estar fazendo e, frequentemente, não conhecem a relação entre as ações governamentais e suas próprias rendas de utilidade” (Downs, 1998, 100). Assim, no modelo downsiano, os partidos políticos formulam suas ideologias e propostas políticas com intuito de maximizar o apoio do maior número possível de grupos sociais. Contudo, quando o sistema político se encontra dominado por único partido político, os demais partidos oferecem uma agenda alternativa com o objetivo de atrair nichos eleitorais (grupos sociais minoritários insatisfeitos com as políticas do partido dominante) para poder crescer e se desenvolver no sistema eleitoral.

Desse modo, a teoria da escolha racional considera que o principal fator de importância quando os eleitores formam suas preferências são as ações partidárias, não as ideologias. Contudo, a falta de informação sobre todas as ações e preferências dos partidos faz que as ideologias dos partidos permitam aos eleitores efetivar generalizações a partir de ideologias para terem uma amostra sobre as propostas e preposições dos partidos. Assim, o eleitor utiliza a ideologia como um atalho para economizar no custo de se informar sobre uma gama mais ampla de questões.

Num mundo obscurecido pela incerteza, as ideologias são úteis tanto aos partidos quanto aos eleitores. Cada partido percebe que alguns cidadãos votam por meio de ideologias e não de políticas; assim, modela uma ideologia que crê que atrairá o maior número de votos. (Downs, 1998, 121)

Para os eleitores, dentro da teoria downsiana, o principal fator de interesse são as ações concretas dos partidos políticos e não a sua ideologia ou discurso. Assim “a teoria da escolha racional defende que a comparação entre ideologias é apenas usada se o eleitor já

dispuser anteriormente de indicadores concretos relativos a ações efetivamente executadas” (Antunes, 2008, 37). Desta maneira, o modelo proposto por Downs (1957) arquiteta a escolha dos eleitores embasado na proximidade das preferências dos eleitores em relação às propostas dos partidos políticos, e não na ideologia.

Explicado os principais pilares do modelo de Downs, destacamos que o trabalho do autor marcou a penetração da abordagem econômica em algumas áreas da ciência política. O modelo da escolha racional situa a política partidária em posição central no pensamento sobre a democracia. Todo seu esforço teórico se dirige na direção de explicar o comportamento dos partidos e dos eleitores dentro de um sistema democrático. As suposições do modelo explicam sistematicamente as motivações que permeiam as decisões democráticas – tanto dos partidos ao comporem sua agenda de governo e propostas políticas quanto das opções dos eleitores ao decidirem seu voto. Ademais, destacamos que o modelo downsiano se preocupa em explicar as características da política eleitoral e partidária em qualquer sistema democrático que possua instituições confiáveis e coerentes com as dinâmicas democráticas (eleições, sistemas partidários e participação pública).

Finalizando essa breve revisão teórica da teoria da escolha racional, devemos afirmar que tal teoria apresenta defeitos. A obra de Downs, após sua publicação, sofreu inúmeras críticas, que questionavam a própria racionalidade dos sujeitos ou os postulados teóricos<sup>5</sup> presentes no modelo. Ademais a teoria da escolha racional também ganhou críticas temporais vinculadas ao contexto da Guerra Fria e à necessidade de provar a superioridade do regime democrático<sup>6</sup>. Contudo, mesmo com as críticas, a obra de Downs e a teoria da escolha racional permanecem vivas hodiernamente, sendo referência para inúmeros estudos, tanto a respeito da democracia quanto sobre o comportamento dos eleitores e dos partidos políticos.

## **○ modelo psicossocial**

Ao contrário da teoria a escolha racional, que enfatiza o papel da racionalidade na formação das preferências dos eleitores, o modelo

---

5. Para mais informações sobre estas críticas ver Blais (2000).

6. Para mais informações sobre esta crítica ver o livro de Sonja Amade (2003).

psicossocial fundamenta-se na personalidade dos indivíduos e em suas motivações psicológicas. Em resumo, o modelo afirma que o comportamento dos indivíduos se alicerça na estrutura de sua personalidade e em seu sistema de crenças, as quais estão relacionadas ao grupo social e ao partido político com os quais o sujeito se identifica. Portanto, o modelo psicossocial vincula a ação política dos indivíduos, em especial o voto, a um processo de formação psicológica, no qual os elementos que explicam a ação política dos sujeitos se vinculam ao contexto social em que se encontram, o modo como se realizou suas formações psicológicas e os valores que absorveram ao longo de seus desenvolvimentos.

O modelo psicossocial teve sua origem nos estudos conduzidos pelo *Survey Research Center* da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, durante as eleições presidenciais norte-americanas das décadas de 1940 e 1950. Os resultados destes estudos foram representados em uma série de publicações, em especial no livro *The american voter*, de autoria de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960). O modelo psicossocial até hoje é referenciado como **modelo da Escola de Michigan** e tem sua base teórica formulada e representada a partir do cenário político norte-americano.

Estes trabalhos marcam o início de uma longa série de estudos conduzidos pelo Survey Research Centre e, mais recentemente, pelo Center of Political Studies da Universidade de Michigan, que se prolongam até aos nossos dias, embora atualmente se enquadrem no American National Electoral Studies (ANES), investigações que envolvem uma maior variedade de instituições, mantendo, no entanto, a base teórica inicial. Os questionários e as bases de dados destas investigações são elementos de referência na maioria dos estudos eleitorais realizados nos Estados Unidos da América. (Antunes, 2008, 28)

No modelo formulado pelos teóricos da escola de Michigan, a unidade de análise é individual, relacionando a empatia entre os eleitores, as lideranças e os partidos políticos. Contudo, mesmo sendo fundamentado nos indivíduos, os fatores macrossociais também são importantes por serem específicos de cada cadeia causal que atua na formação das perspectivas políticas individuais, o que forma a socialização política.

É importante ressaltar o que significam as influências psicológicas neste contexto. Esta conceituação é retirada dos estudos das teorias de grupo e psicologia social. Em tais teorias, a orientação em direção a questões política começa antes de os indivíduos terem idade para votar e, em grande medida, são um reflexo de seu ambiente social imediato, sendo a família o ambiente preponderante. Assim sendo, as atitudes políticas se formam e se integram no sistema político por meio de um “sistema de personalidade”, no sentido parsoniano. Este processo de formação de atitudes é chamado de socialização política. (Figueiredo, 2008, 25)

A formação psicológica do sujeito ocorre a partir de suas experiências sociais e do ambiente no qual adquiriu essas experiências, integrando a estrutura da personalidade dos indivíduos, “portanto, as atitudes políticas fazem parte da psicologia humana e, ao se consolidarem pela socialização política, tornam-se a base para a formação de opiniões, auto-avaliações e propensões para a ação frente ao ‘ambiente’ político mais amplo” (Figueiredo, 2001, 25).

O enunciado básico desta teoria tem a seguinte formulação: indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, a votarem na mesma direção, independentemente de contextos históricos. (Figueiredo, 2008, 26)

Logo, no modelo psicossocial, a formação psicológica é o principal fator que guiará as ações e opiniões dos indivíduos, fato que faz as pessoas formularem suas respostas da mesma maneira para diferentes contextos políticos e sociais. “Esta invariabilidade do processo de articulação de variáveis que determinam as atitudes e ações políticas é a base sobre a qual se apoia a lei causal fundamental do modelo de Michigan” (Figueiredo, 2008, 25).

A partir desses pressupostos, Campbell, em seu estudo “Surge and decline: a study of electoral changes”, publicado em 1960, desenvolve a ideia que o interesse pela política é variável de indivíduo para indivíduo em conformidade com as reações aos estímulos políticos e a importância da política em seu ambiente de desenvolvimento psicológico. Este estudo indica que a familiarização do sujeito com a política e a importância que dá para ela se desenvolvem desde cedo, pela socialização. Assim, o fator que determina

como os indivíduos atuam no processo eleitoral é justamente como estes concebem sua existencial social.

O sistema atitudinal não é cativo de grupos ou classes sociais. As atitudes são formadas pela compreensão da vida social e política, que é adquirida por intermédio da socialização. Nesse sentido, para compreender qualquer fenômeno social ou estritamente político é necessário saber antes como os indivíduos apreender a organização da sociedade e as relações sociais. Isto é, é necessário saber inicialmente como os indivíduos concebem sua existência social. (Figueiredo, 2008, 28)

Os preceitos teóricos do estudo de Campbell – que as atitudes dos indivíduos são formadas a partir da sua compreensão da vida social – embasaram Converse (1964), um dos fundadores da Escola de Michigan, a elaborar a teoria da **crença de massa**. A teoria de crença de massa, demonstrada no artigo “The nature of belief systems in mass publics” (Converse, 1964), procurou evidenciar que os indivíduos se relacionam com o mundo político em conformidade com o nível de conceituação que são capazes de elaborar, independentemente de seus ambientes sociais, “ou seja, a compreensão da natureza e do escopo da política, em qualquer sociedade, é estratificado segundo ‘níveis de conceituação’, de compreensão da política” (Figueiredo, 2008, 29).

Desta forma, as ideias, opiniões e atitudes dos sujeitos em relação ao mundo social, depois de formuladas, permanecem relativamente estáveis com o passar do tempo e ainda se inter-relacionam com as demais ideias individuais, trazendo, assim, uma previsibilidade no modo como os indivíduos visualizam o sistema eleitoral e se comportam politicamente. Assim, o modelo psicossocial, para compreender o comportamento eleitoral, necessita compreender as inter-relações entre atitudes e opiniões dos indivíduos a partir de um conhecimento prévio das perspectivas e ações dos sujeitos, dessa forma podendo ter previsibilidade de como estes indivíduos irão pensar e agir em outro determinado contexto. Ademais, movendo-se na tentativa de explicar o comportamento político, a principal constatação de Converse (1964) ao longo de seu estudo é que fatores psicológicos e políticos são preponderantes em relação aos sociais.

Todos estes fatores previamente citados se imiscuem no principal conceito da escola de Michigan, o de **identificação partidária**. De acordo com os autores dessa escola, todo o processo de

socialização dos sujeitos – influenciado pelos valores familiares, de amigos e conjugues ao longo da participação democrática – leva-os a criarem uma identificação com um determinado partido político. Esta ligação afetiva do sujeito ao **seu** partido político pode concretizar-se em diferentes graus de envolvimento, “num processo análogo ao que acontece com a ligação dos sujeitos a uma religião, que se manifesta em moldes tão diferenciadas como os que vão de religioso não praticante a profundamente religioso” (Antunes, 2008, 29).

A identificação partidária, nesta teoria, origina-se fundamentalmente de uma adesão psicológica aos partidos existentes. Uma vez formada, a identificação partidária tende a tornar-se estável, ou seja, os eleitores que têm identificação partidária em graus variados inclinam-se a “ver” a política e orientar suas ações numa direção partidária. Os partidos políticos são, dessa forma, catalisadores da “síndrome” política distribuída socialmente. Indivíduos com baixíssima identificação partidária e os independentes, por implicação, estão livres destas influências das formas momentâneas. (Figueiredo, 2008, 42)

Contudo, o modelo psicossocial, ao definir o conceito de identificação partidária, não faz coincidir identificação partidária com voto do eleitor em um determinado processo eleitoral. A variável da identificação partidária neste modelo não determina o sentido do voto dos eleitores, mas sim o seu posicionamento. A identificação partidária funciona “como um filtro perceptivo, através do qual os eleitores valorizam aquilo que é favorável à orientação do seu partido e ignoram ou desvalorizam aquilo que lhe é desfavorável” (Antunes, 2008, 29).

Tendo em consideração que a vida política nas sociedades democráticas se centra quase exclusivamente nos partidos e considerando ainda que a avaliação das propostas políticas exige, na maior parte das vezes, o domínio de conhecimento e informação que os cidadãos não têm, a identificação partidária torna-se, então, uma variável central na vivência política dos sujeitos funcionando como um instrumento de “leitura” das propostas eleitorais e dos candidatos. (Antunes, 2008, 30)

Ao findarmos nossa breve apresentação sobre o modelo psicossocial, destacamos que os preceitos teóricos dessa escola que se

designam a explicar o comportamento eleitoral se fundamentam em uma metáfora denominada funil de causalidade. Esta metáfora é responsável por explicar a cadeia de fatores que fornecem o aparato informativo necessário para diagnosticar como os eleitores decidem seu voto. O funil de causalidade distingue fatores distais (questões socioeconômicas, valores familiares, grupos de pertencimento) e fatores próximos (campanha eleitoral, situação política e econômica do país, propostas políticas, influência de amigos), sendo que na entrada do funil estão as características sociológicas, sociais e familiares que influenciam e moldam o fator seguinte – a identificação partidária. Nesse processo, a identificação partidária influencia na avaliação das propostas políticas dos candidatos e dos acontecimentos que ocorrem no período eleitoral. No final do funil, encontra-se o voto (Antunes, 2008).

O funil de causalidade, desenvolvido pela escola de Michigan, explica o papel central da identificação partidária como um conceito provindo da formação psicológica do sujeito que gera um efeito circunstancial a curto prazo na decisão de voto dos eleitores. Assim, mesmo o modelo dando conta de explicar como se desenvolve a formação do sujeito e a relação que este terá com a política, ele foca na correlação da identificação partidária com os partidos e/ou temas políticos e em como essa identificação influencia a decisão do sujeito.

## **O modelo sociológico**

O modelo sociológico teve seu início nos Estados Unidos, provindo de bases teóricas sociológicas. Este modelo, em sua abordagem, considera os fatores macrossociais como ponto de partida para entender o comportamento do eleitor, e com isso, a decisão do voto nos períodos eleitorais. Os primeiros trabalhos importantes desse modelo seguiram uma linha de pesquisa que difundia a análise sociológica com dados de pesquisa quantitativa para analisar o comportamento político. Tais trabalhos foram organizados pelos estudiosos da Universidade de Columbia, tendo como principal referência as publicações: *The people's choice*, de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948) e a obra *Voting*, de Berelson, Lazarsfeld e McPhee (1954).

Para eles, a votação é essencialmente uma experiência de grupo e os indivíduos que trabalham, vivem ou se divertem juntos tendem a

votar em um mesmo candidato. Mais que isso, indivíduos a quem corresponde aproximadamente a mesma predisposição política tendem a se unir socialmente, o que leva os grupos a uma uniformidade de idéias e comportamento político. Esse aspecto torna-se mais evidente com a constatação de que a maioria dos eleitores que mudou de idéia em relação ao voto seguiu a inclinação política predominante de seu grupo social. (Junior, 2009, 71)

Portanto, o modelo sociológico parte de um sentido macro: os fatores históricos, estruturais e culturais globais permeiam e adjetivam os atributos econômicos, políticos e sociais das sociedades e dos grupos sociais, fato que, nesse modelo, define as divisões sociais que fundamentarão os partidos políticos com os quais os eleitores se identificam. Desse modo, o eleitor direciona seu voto de acordo com a influências que ele absorve, que são provenientes de seu ambiente social.

Desta forma, os estudos deste modelo, promovidos por Lazarsfeld em 1954, definem que “não devemos estar preocupados em explicar a decisão individual do voto, mas em dar conta das diferenças nas taxas de votos, se elas mostram variações consistentes em diferentes grupos sociais” (Lazarsfeld apud Figueiredo, 2008, 48). O estudo de Lazarsfeld, juntamente com uma série de estudos posteriores conduzidos pela Escola de Columbia, apresentaram que são os coletivos sociais e não os indivíduos que fundamentam a dinâmica política e as preferências de voto. Os resultados apresentados por amostragens mostraram que a relação encontrada entre o comportamento dos eleitores e dos grupos sociais aos quais estes pertenciam era capaz de explicar as escolhas eleitorais recorrendo a três fatores: estado socioeconômico, religião e localização da residência. Por meio destes três fatores o voto poderia ser definido em termos de associação com membros dos grupos nos quais o eleitor participa:

Quem age, quem participa são os indivíduos, de forma organiza ou isoladamente, mas para a sociologia política o ato individual não é socialmente isolado. Proposições a respeito de ações individuais derivam da condição societária por excelência: a interação social. (Figueiredo, 2008, 49)

Partindo desse princípio, o modelo sociológico diagnostica as categorias sociais intrínsecas na decisão dos eleitores. Tomando

como perspectiva que a decisão do eleitor se perpetua de forma condizente com o seu contexto social, a principal preocupação deste modelo é compreender a posição que o eleitor ocupa na sociedade e, a partir disso, estabelecer uma dialética com a sua ideologia e prática política. Contudo, no modelo sociológico, somente saber se o eleitor pertence a determinado grupo social não é o suficiente para determinar suas preferências de voto. É necessário saber se este se relaciona com os demais indivíduos de seu grupo de pertencimento para determinar as preferências partidárias dos eleitores.

O modelo sociológico, ao teorizar sobre o papel da campanha eleitoral, verificou que a influência dos grupos sociais em que o sujeito interage atua de maneira crucial nas suas perspectivas políticas, “uma vez que se identificou um processo de mediação – protagonizado por membros desses grupos que se assumiam como líderes de opinião – entre a comunicação veiculada pelos meios de comunicação de massa e os eleitores” (Antunes, 2008, 22). Assim, os autores do modelo sociológico conceituaram esse processo como um fluxo de comunicação que se divide em duas etapas: a absorção das notícias e acontecimentos pelos líderes de opinião e a transferência dessas opiniões para os demais cidadãos.

Os líderes de opinião no modelo sociológico desempenham um papel especial nas preferências políticas dos demais indivíduos. Segundo os estudos do modelo sociológico, eles se envolvem nas discussões políticas com mais afinco que o resto dos indivíduos avaliados. Assim sendo, nesse modelo, as ideias dos partidos políticos e as notícias dos meios de comunicação fluem para os líderes de opinião e deles para os demais cidadãos com quem se relacionam. O resultado desse processo indica que

os grupos sociais em que o sujeito se filia, a sua opção política e o papel decisivo dos contatos pessoais na definição das opções eleitorais indicam que as decisões dos votantes, mais do que atos individuais, são processos de coesão grupal. (Antunes, 2008, 23)

## **Considerações finais**

A democracia representativa possui suas bases alicerçadas no sistema eleitoral. Os estudos que retratam o papel dos partidos políticos e dos eleitores dentro do sistema democrático renderam uma

vasta literatura dentro da ciência política para responder à questão: **como os eleitores decidem seu voto?** As respostas encontradas por esses modelos visaram, por meio da importação de sistemas analíticos prévios da sociologia, psicologia ou economia responder a tal pergunta. Os estudos conduzidos pelas diversas escolas de pensamento, ao importarem tais sistemas, desenvolveram os vastos modelos analíticos que permeiam os estudos acadêmicos sobre o tema até os tempos hodiernos.

De forma resumida, por meio da breve exposição dos modelos que retratam o comportamento eleitoral apresentados neste trabalho, verifica-se complementariedade entre os eles. O modelo sociológico, ao pautar-se nas questões macroestruturais das sociedades, funciona como forma explicativa para entendermos as segregações das diferentes perspectivas políticas que dão origem aos partidos políticos, ao passo que o modelo psicossocial, ao dar preferência para as questões psicológicas, elucida como a identificação dos eleitores com os partidos políticos ocorre. E por fim, a teoria da escolha racional, ao importar as premissas comportamentais das teorias microeconômicas, fornece um riquíssimo aparato teórico para entender a racionalidade do comportamento do eleitor. Assim sendo, elucidamos que a teoria da escolha racional, o modelo psicossocial e o modelo sociológico não são excludentes ao serem aplicados em estudos que objetivavam diagnosticar como os eleitores decidem seu voto ou como estes formulam suas perspectivas. Ou seja, ao realizar um estudo para obter informações e avaliações sobre o comportamento político e ideológico dos indivíduos e partidos políticos, o pesquisador pode aplicar mais de um modelo.

## Referências

- AMADAE, S. (2003). *Rationalizing capitalist democracy: the Cold War origins of rational choice liberalism*. 2. ed. Chicago: Chicago University Press.
- ANTUNES, R. J. S. (2008). *Identificação partidária e comportamento eleitoral: factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de voto*. 2008. 508 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de Coimbra, Coimbra.
- BAERT, P. (1997). Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia. Tradução Eduardo Cesar Marques. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 35, p. 1-13.

- BERELSON, B. R.; LAZARFELD P. F.; MCPHEE, W. N. (1954). *Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BLAIS, A. (2000). *To vote or not to vote: the merits and limits of rational choice theory*. Pittsburgh: University of Pittsburgh.
- BORBA, J. (2005). Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, vol. 11, n. 1, p. 147-168.
- CAMPBELL, A. (1960). Surge and decline: a study of electoral change. *Public Opinion Quarterly*, vol. 24, p. 397-418.
- CAMPBELL, A. et al. (1960). *The American voter*. New York: Willey.
- CONVERSE, P. E. (1964). The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. (ed.). *Ideology and discontent*. New York: The Free Press of Glencoe.
- DOWNS, A. (1998). *Uma teoria econômica da democracia*. Tradução Sandra Vasconcelos. São Paulo: Edusp.
- \_\_\_\_\_. (1957). *An economic theory of democracy*. New York: Harper Collins.
- FIGUEIREDO, M. (2008). *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- GREEN, S. L. (2002). *Rational choice theory: an overview*. Waco: Baylor University Press.
- JUNIOR, J. P. M. (2009). Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil 1994-2006. *Revista Debates*, vol. 3, n. 2, p. 68-96.
- LAZARFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. (1948). *The people's choice: how voter makes up his mind in a presidential campaign*. 2. ed. New York: Columbia University Press.
- MEIRELES, F. (2012). Teoria da escolha racional: limites e alcances explicativos. *Caos: Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 22, p. 52-61.